

Índios ainda vivem sob constante ameaça

O chefe de uma tribo do Alto Rio Negro contesta tutela da Funai em debate sobre a questão indígena, na "Folha"

PAULO VALLE

A cada dia que passa os índios estão perdendo suas terras devido a interesses econômicos e políticos. Com isso, cresce a ameaça da extinção dos aspectos culturais e étnicos, à medida em que as tribos deixam de existir enquanto nações. Até agora, o governo demarcou apenas 5% das terras indígenas e a Funai, que deveria ser a responsável pela aplicação da política indigenista, não apresentou qualquer projeto para preservação do índio e está perdendo sua autonomia. Apesar de tudo isso os índios resistem, lutam pelo direito a suas terras e tentam se organizar através da União das Nações Indígenas (UNI), cujo representante, Alvaro Sampaio Tucano, critica a forma de tutela que vem sendo desenvolvida pela Funai, um órgão que, para ele, só existe para explorar o índio.

Essas foram as principais conclusões a que chegaram um chefe indígena, antropólogos e especialistas que participaram do debate "a questão do índio", realizado no auditório da "Folha" na última quarta-feira. O encontro foi coordenado pelo jornalista Cláudio de Oliveira, deste jornal, e contou com a presença dos antropólogos Jacó Piccoli, diretor-presidente da Fundação do Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e Desenvolvimento do Estado do Acre; Lux Vidal, presidenta da Comissão Pró-Índio; Manuela Carneiro da Cunha, professora de antropologia da Unicamp; do chefe dos tucanos, tribo do Alto Rio Negro, Alvaro Sampaio Tucano membro da comissão de organização da UNI; do advogado Carlos Marés e do padre Paulo Suess, secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A Funai, convidada para o debate, não enviou representante, mas justificou a ausência.

Estava prevista ainda a apresentação de dois filmes: Mato eles? de Sérgio Bianchi e Índios — Direitos Históricos, de Hermano Penna. O primeiro não foi liberado pela Divisão de Censura da Polícia Federal, provocando severas

críticas por parte dos debatedores e do público. Em solidariedade, Hermano Penna também decidiu não projetar o filme elaborado pela Comissão Pró-Índio.

Enquanto a antropóloga Lux Vidal criticava a falta de aplicação da verba de 13 milhões de dólares concedidos pelo Banco Mundial às nações indígenas brasileiras, Manuela Carneiro da Cunha apontava como única solução para o problema do índio a implantação de uma política indigenista com a criação de uma Secretaria ligada diretamente à Presidência da República, e contando com a participação da sociedade civil.

Já o padre Paulo Suess, depois de reconhecer a "culpa histórica" da Igreja pelos problemas ocorridos com os índios, disse que no ano passado a Funai recebeu do Banco Mundial, através de repasse da Companhia Vale do Rio Doce, 1,4 milhão de dólares, mas só conseguiu prestar contas de 400 mil dólares. "E se não prestar conta do restante, não será liberada outra parcela dessa verba", afirmou.

O antropólogo Jacó Piccoli, por sua vez, denunciou que no Acre não foi feita nenhuma demarcação de terras e que por isso foi criada a Coordenadoria de Assuntos Indígenas, com a participação da população indígena local, para solucionar o problema. Para o advogado e consultor jurídico da Comissão Pró-Índio em São Paulo, Carlos Marés, a Constituição não permite à União fazer nada com a terra pertencente aos índios. "No entanto, o próprio estatuto do índio dá uma brecha quando diz que a União pode usar suas terras por questões de segurança nacional e interesses econômicos."

O chefe indígena Alvaro Sampaio Tucano fez severas críticas quanto à atuação da Funai e criticou os meios de comunicação, principalmente os programas humorísticos da televisão, que satirizam as nações indígenas.

"Os brancos são muito estudantes do problema, mas não falam direito e é difícil para o índio entender. Eles falam tudo o contrário. Índio sabe que Deus fez a terra de graça para todo mundo, mas os brancos querem vender"

(depoimento de uma índia da reserva do Mangueirinha, no Paraná, presente ao debate).



Pena: solidariedade.



Lux: tragédia.



Tucano: ceticismo.



Pe. Suess: defesa da terra.



Bianchi: censurado.



Piccoli: demarcação imediata.



Manuela: política.



Marés: autodeterminação.

Defendida a participação efetiva na sociedade civil

"Enquanto a população indígena brasileira não tiver uma efetiva autodeterminação em seus territórios, onde os usos, costumes e tradições sejam reconhecidos por lei, a questão indígena será sempre resolvida por um povo estrangeiro, ou seja, pelo branco." A opinião é do advogado Carlos Marés, que acrescentou que o ideal seria a Organização dos Estados Americanos (OEA) assumir a responsabilidade pela questão indígena.

No entanto, Marés disse que a OEA esbarra com problemas constitucionais do Estado como ente jurídico. Ele explicou, por exemplo, que o Brasil é um Estado soberano em todo seu território e, por isso, não pode reconhecer as nações indígenas como nações propriamente ditas. "Os índios — salientou — são brasileiros que vivem com etnias diferentes, mas não são efetivamente nações. A OEA não poderia reconhecê-las como nações, sob pena de se desconstituir, já que esse órgão é formado por Estados que se consideram soberanos em seus territórios."

A única solução, na sua opinião, é a participação do índio em todos os setores da sociedade, principalmente em cargos eletivos, como aconteceu com o cacique xavante Juruna, eleito para a Câmara dos Deputados. Para ele, todas as nações deveriam eleger representantes para ocupar uma cadeira na Câmara e nas Assembleias.

Além disso, a eleição e a atuação do deputado Juruna na Câmara Federal foi bastante comentada durante o debate. A antropóloga Lux Vidal disse esperar que a proposta do deputado do PDT do Rio de Janeiro, de que a Funai seja fiscalizada pela sociedade civil e pelos índios, seja concretizada. Ela entende que somente depois de uma reformulação da política desse órgão, os índios venham a ser realmente encarados sob outro prisma.

O certo seria, na opinião de Jacó Piccoli, que a sociedade apenas ouvisse e fizesse o que o índio quer. "É preciso mudar a sistemática hoje existente — enfatizou — quando a sociedade impõe o que ela quer aos índios. A primeira voz deve ser sempre a do índio, para se chegar a uma solução adequada."

Através desse sistema, Piccoli acredita que serão evitados problemas como o ocorrido no Paraná em 1949, quando, por intermédio de um acordo com o Ministério da Agricultura, o governo estadual expropriou uma área de 150 mil hectares de terras dos índios, que equivalia a dois terços das áreas indígenas das Mangueirinhas. Na ocasião, lembrou o antropólogo, a área expropriada destinava-se a um projeto de fixação de migrantes. Só que em 1961 a mesma área foi vendida a uma empresa privada por Cr\$ 3 milhões que, no mês seguinte, a revendeu por Cr\$ 58 milhões.

QUESTÃO DA TERRA

O impacto da Transamazônica, da construção da hidrelétrica de Tucuruí e o desmatamento feito pela Agropecuária Capemi deixou os índios paraonás numa situação bastante trágica. Hoje, a tribo de pouco mais de 130 habitantes vive em condições precárias de saúde, segundo a antropóloga Lux Vidal.

Ela disse que devido ao desmatamento, nessa pequena tribo de 130 índios ocorreram, no ano passado, 220 casos de malária, o que significa que cada um deles teve, pelo menos, dois ou três ataques de malária num ano. E o problema de saúde dos paraonás não pode ser resolvido por causa de um impasse burocrático na esfera federal, pois a assistência médica seria dada pela Elettronorte durante o período de transferência. "Mas agora que eles saíram de suas terras, perderam suas roças, o hospital da empresa se nega a fazer internações", denunciou ela.

A demarcação das terras indígenas é uma questão que vem se arrastando há anos, sem que o Governo federal dê uma solução prática e definitiva. Antes, essa questão dependia exclusivamente da Funai, mas agora, de acordo com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, a tarefa foi delegada a um grupo de trabalho do Ministério do Interior e ao Ministério para Assuntos Fundiários. Desse grupo, conforme disse, participam representantes dos governos estaduais e dos ministérios, menos os maiores interessados, que são os índios.

Em todos os Estados há resistência por parte dos governos para se concretizar as demarcações. No entanto, um dos casos mais gritantes foi o ocorrido na Bahia, de acordo com denúncia do padre Paulo Suess. Segundo o representante do Cimi, antes das eleições do ano passado o governo daquele Estado transferiu a tribo dos pataxós-hã-hã-hães para conquistar votos dos fazendeiros. "Foi gasto muito mais com a transferência da tribo do que se gastaria com a demarcação de terras, uma vez que a lei é bastante clara quando diz que a terra para o índio não precisa ser comprada, nem ao menos indenizada", disse o padre.

Para o Cimi, a defesa da terra representa muito mais que um espaço físico, mas sim a preservação dos aspectos culturais e étnicos. No entanto, segundo Paulo Suess, a Funai não concorda com esse tipo de pensamento, tanto que atualmente a Fundação se transformou "num órgão de integração para fazer desaparecer o índio, entregando suas terras a latifundiários".

IGREJA

O padre Suess reconheceu a convivência da Igreja quando colocou o índio como um povo colonizado. Mas a partir de 1972, no entanto, com a criação do Cimi, houve uma mudança nesse conceito e a Igreja passou a atuar ao lado dos grupos indígenas, conforme disse.

Para o líder tucano Alvaro Sampaio Tucano "a Igreja sabe muito bem que sempre explorou os pobres e foi o grande contingente sem fardas que chegou para matar o espírito dos índios. Por isso, vejo na Igreja a causa principal da divisão das tribos indígenas". Tucano mostrou-se cético quanto à atuação da Igreja, pois disse que para o índio o importante é a terra e não sabe como que a Igreja pode ajudá-los nessa luta.

Tucano criticou ainda todas as religiões que, através de missionários, descaracterizaram as crenças específicas das nações indígenas, "que mesmo sem gerais e armadas de fogo vão lutar para recuperar e manter sua cultura". O líder dos tucanos também criticou a atuação da Funai e disse que a defensora dos índios é a UNI, que se ressentida da falta de verba para exercer seus trabalhos. "Nós não somos como os petistas, que são assalariados. Somos simplesmente os subordinados dos subordinados. Tanto, assim que a renda de uma partida de futebol realizada por jogadores mineiros foi destinada à questão indígena. Só que até agora não sabemos o que a Funai fez com o dinheiro arrecadado", disse.

O antropólogo Jacó Piccoli acredita que todos esses problemas que afligem as nações indígenas podem ser minimizados com os trabalhos da recém-criada Coordenadoria de Assuntos Indígenas, no Acre, com o objetivo de lutar pela defesa do índio, sob os aspectos étnicos e culturais; pela demarcação de terras e dando cursos de educação indígena, com representantes das tribos daquele Estado. Piccoli informou que uma comissão parlamentar interpartidária (formada por deputados do PMDB, PDS e PT) vai amanhã a Brasília, exigir a imediata demarcação das terras indígenas.